

# FH: morte de índio queimado vivo é inominável

Réus pedem perdão à família de Galdino no primeiro dia do julgamento; mãe diz que não vai perdoar satanás

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Inominável e inaceitável. Assim o presidente Fernando Henrique Cardoso classificou a atitude de quatro rapazes de classe média de Brasília que atearam fogo no índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, morto em abril de 1997. Em entrevista à Rede Record, o presidente disse que os responsáveis pelo crime, que começaram a ser julgados ontem, devem ser condenados.

— É inominável o que foi feito: queimar uma pessoa. Se foi (crime) doloso, não foi doloso, isso é detalhe. Quem fez isso, a meu ver, tem que ser culpado, é culpado e deve ir para a cadeia. Porque não é aceitável. Qualquer que seja o pretexto, não é aceitável.

Ao depor no Tribunal de Juri, os quatro réus pediram perdão aos parentes do pataxó.

— Quero pedir perdão à família de Galdino. Sei que causei sofrimento. É normal que (os parentes) tenham raiva da gente. Não nos analisem como inimigos — disse Tomás Oliveira Almeida, em discurso repetido pelos outros três quase com as mesmas palavras.

Mas a mãe de Galdino, Minervina Jesus dos Santos, de 73 anos, disse que jamais vai perdoá-los. Ela ficou irritada com os depoimentos.

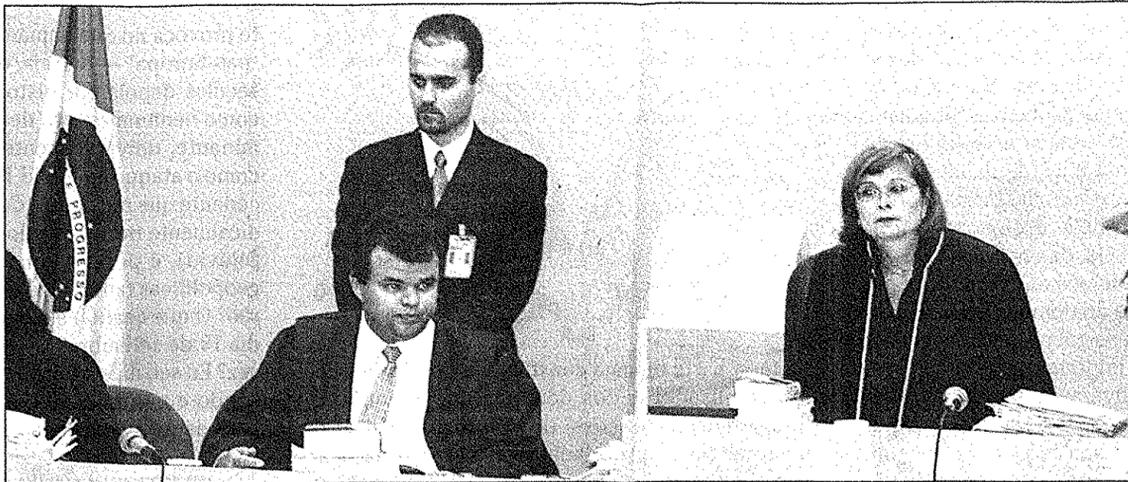
— O que eles falaram está tudo errado. Não vou perdoá-los nunca. Não vou perdoar satanás — respondeu Minervina, logo em seguida.

## Mães de índio e de réu choram no julgamento

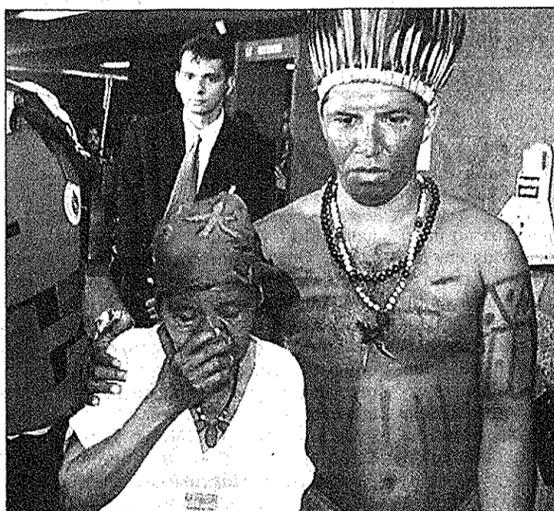
Por volta do meio-dia, Minervina deixou o auditório chorando. Ela se irritou com a tentativa dos réus de minimizar a importância do crime dizendo que queriam apenas fazer uma brincadeira.

Os parentes dos réus também estavam com os nervos à flor da pele. Sentados nas primeiras fileiras do auditório, reagiam a qualquer aproximação dos repórteres.

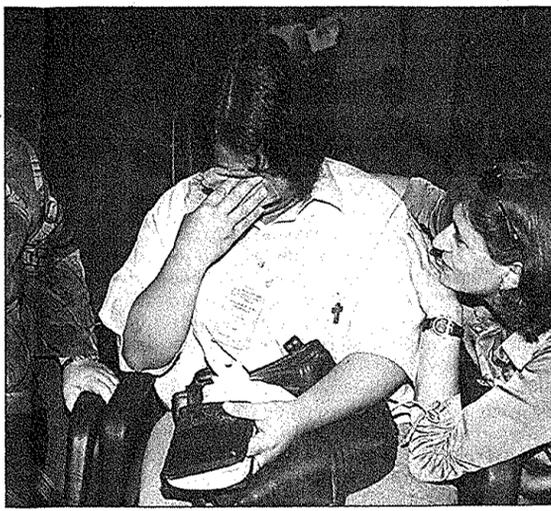
— Ela é mãe de um dos rapazes, mas não vai falar com ninguém — disse, em tom exaltado, um rapaz que acompanhava Antônia Graça da Silva, mãe de Antônio Novelty Cardoso de Vilanova, que também chorava.



O PROMOTOR Mauricio Miranda (sentado) e a juíza Sandra de Santis no primeiro dia do julgamento dos acusados de matar índio pataxó



MINERVINA, MÃE de Galdino, deixa o Tribunal do Júri chorando



ANTÔNIA GRAÇA, mãe de Antônio Vilanova, chora no tribunal

*“Quero pedir perdão à família de Galdino. Sei que causei sofrimento. É normal que os parentes tenham raiva da gente. Não nos analisem como inimigos”*

TOMÁS OLIVEIRA ALMEIDA

Um dos acusados de matar Galdino Jesus dos Santos

*“O que eles (os réus) falaram está tudo errado. Não vou perdoá-los nunca. Não vou perdoar Satanás”*

MINERVINA JESUS DOS SANTOS

Mãe de Galdino Jesus dos Santos

Os quatro rapazes pareciam bem orientados pelos advogados. Repetiram quase as mesmas histórias até nos detalhes. Lembravam-se e esqueciam-se dos mesmos pontos e até as ressalvas eram iguais.

— Eles estão muito bem orientados. São depoimentos

exageradamente parecidos. A amnésia é geral — disse o promotor Mauricio Miranda.

— Foram depoimentos naturais. Desde o primeiro momento sempre afirmaram que se tratou de uma brincadeira nefasta, odiosa e irresponsável. Nada mais do que isso —

disse o advogado Raul Livino, que defende os primos Tomás Oliveira Almeida e Eron Chaves de Oliveira.

Nenhum dos quatro se lembrou, por exemplo, quem deu a idéia de atear fogo no índio; todos disseram que a motivação foi uma pegadinha da TV;

os quatro se lembraram que um motorista piscou o farol quando eles saíram do local do crime e todos presentiram que a placa do Monza em que estavam fora anotada; e para todos o cobertor que cobria o índio virou um pano que tapava apenas suas pernas.

Os quatro foram unânimes em dizer que foi o frentista do posto quem sugeriu que levassem dois litros de álcool para reabastecer o carro, cujo combustível disseram ter acabado. O álcool, na verdade, era para ser jogado em Galdino.

Mas também houve contradições. Os três primeiros disseram que foi Eron quem jogou o álcool em Galdino, mas que ele teria despejado poucas gotas, com a tampa da garrafa semi-aberta. Mas a versão do último depoente, Antônio Vilanova, foi diferente.

— Ele abriu a tampa da garrafa e despejou. Caiu um pouco do álcool — disse Vilanova à juíza, simulando o gesto com uma garrafa de água mineral.

## Juíza indefere recursos para seu afastamento

No início do julgamento, a juíza Sandra de Santis indeferiu os dois recursos que solicitavam seu afastamento da presidência do Tribunal do Júri e o adiamento do julgamento. A promotoria e a assistência de acusação pretendiam que, por ter tentado mudar a imputação de homicídio para lesão corporal seguida de morte, Sandra se considerasse impedida. O Ministério Público do Distrito Federal alegou que sua presença inibiria e influenciaria os jurados.

— Não vislumbro qualquer constrangimento ou coação para os jurados. A eles, exclusivamente, cabe a decisão final — disse.

Sandra aproveitou para comentar a decisão da promotora Maria José Miranda de abandonar o caso, depois de cinco anos: “O afastamento da nobre promotora não leva ao peremptório afastamento da magistrada que preside o tribunal, sem qualquer razão plausível”.

Dos sete jurados sorteados pelo tribunal, quatro são mulheres — Maria Cristina Vieira, Diana Andrade, Miriam Gross e Alcira Motta — e três homens — Juarez Oliveira, Rômulo Porfírio e Jorge Santos Neto. Há quatro funcionários públicos, duas professoras e um economiário. ■

COLABORARAM Francisco Leali, Jailton de Carvalho e Cristiane Jungblut



PINTADOS, ÍNDIOS acompanham o julgamento do caso Galdino

## Índios vão fazer vigília até o fim do processo

Tambalalás, trucás, xucurus, macuxis e tembés juntam-se aos pataxós para dançar

• BRASÍLIA. Com os rostos pintados para guerra e vestidos apenas com calções ou saias de palha, 60 índios, de diversas etnias, passaram o dia ontem dançando o toré, um ritual indígena, em frente ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Eles querem que os espíritos ajudem o Tribunal do Júri a impor pena máxima a quatro dos cinco rapazes que mataram o índio pataxó há há há Galdino Jesus dos Santos em 1997.

Participaram do ritual, além dos parentes de Galdino, índios trucás, xucurus, tambalalás, tembés e macuxis. As cenas deverão se repetir até sexta-feira, data prevista para o fim do julgamento.

— Queria que os assassinos do meu pai ficassem na cadeia até o resto da vida deles. Meu pai era tudo para a gente — disse Evanilza Jesus dos Santos, de 17 anos, uma das três filhas de Galdino.

## Índios entraram em pequenos grupos

Mas, apesar do clima de comoção, não houve choques entre manifestantes e a polícia, que reforçou a segurança em volta do prédio. Os índios entravam no auditório do Tribunal do Júri em pequenos grupos. Das 300 cadeiras do tribunal, 32 foram reservadas aos parentes e amigos de Galdino. Eles se sentaram no fundo da sala. ■

**CASO GALDINO: Advogado de defesa diz que é só comportamento informal**

# Comportamento da juíza irrita o promotor e representantes de ONGs

Sandra teria sido simpática e amenizado depoimentos na transcrição

• BRASÍLIA. A forma como foi conduzido o interrogatório dos rapazes acusados de matar o índio Galdino Jesus dos Santos irritou o promotor Maurício Silva Miranda e os representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e de outras organizações indígenas. Para eles, a juíza Sandra de Santis agiu tendenciosamente para beneficiar os réus.

— Na hora de mandar anotar as respostas dos réus, ela eliminou as contradições e amenizou a importância dos atos — criticou o secretário-adjunto do Cimi, Roberto Liebgott.

## Cimi diz que juíza foi maternal com acusados

Para os representantes do Cimi, era flagrante a identificação de Sandra com os réus. Eles acham que em alguns momentos ela adotou até um tom maternal com os quatro rapazes e que eles não foram pressionados ou confrontados em nenhum momento, como costuma ocorrer em interrogatórios dessa natureza. A juíza concentrou boa parte das perguntas sobre a infância dos acusados, tema que, aparentemente, não teria ligação com o assassinato do índio.

A socióloga Azelene Kai-



OS QUATRO acusados na época em que foram presos, após o crime

gang, integrante do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, criticou duramente a atitude de Sandra.

— A juíza foi extremamente debochada, fez piada o tempo inteiro. Ela não se portou como uma juíza.

Sandra atuou com certa informalidade e chegou até a fazer comentários sobre as respostas dos réus. Quando Tomás Almeida afirmou que havia estudado no colégio Setor Leste, a juíza não se conteve:

— Bom colégio esse em que você estudou.

Em outro momento, quando

o réu Eron Chaves de Oliveira pediu perdão à família de Galdino, que ele considerava estar sofrendo muito, Sandra fez o seguinte comentário:

— A sua família também deve estar sofrendo muito.

Numa das vezes em que foi mandar anotar a resposta dos réus, a juíza foi lembrada pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, assistente da acusação, de que se esquecera de um trecho do depoimento de Tomás.

— Não consigo resumir tudo. Acho que deveria ser gravado — disse ela.

No recurso que o Ministério

Público do Distrito Federal apresentou pedindo o afastamento da juíza presidência do júri, o promotor incluiu várias citações de juristas e juízes de tribunal superior. Uma delas era do presidente do STF, Marco Aurélio de Mello, marido de Sandra. Ao ler essa passagem, antes de emitir sua decisão, a juíza riu. A cena provocou burburinhos na platéia.

— O tipo de pergunta que ela fez foi na linha da defesa — afirmou o advogado do Cimi, Cláudio Beirão, também assistentes da acusação.

O advogado de defesa Heraldo Paupério não viu qualquer tendência na condução que a juíza deu aos trabalhos.

— Esse comportamento informal é dela mesmo. É muito simpática e muito responsável. Não dá para entender essa suspeição — afirmou.

## Juíza teria provocado declaração de orfandade

A partir das perguntas da juíza, Tomás de Almeida pôde contar que é órfão. O pai de Tomás foi assassinado quando ele tinha 10 anos.

— Foi numa discussão? Como foi? — quis saber a juíza.

— Não, ele foi assassinado pelo caseiro que não gostou de ter sido demitido — respondeu Tomás. ■

Roberto Stuckert Filho/20-04-97